

## OUTROS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

### EDITAL

A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ – Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua Desembargador Freitas, 1599, Ed. Paulo VI – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **Marcus Vinícios Furtado Coelho** referente ao Projeto Agrícola na Fazenda Furtado no município de Baixa Grande do Ribeiro, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 13 de abril de 2010.

**DALTON MELO MACAMBIRA**

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

### EDITAL

A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ – Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua Desembargador Freitas, 1599, Ed. Paulo VI – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **Cooperativa Agro- Industrial Santa Maria da Vitória** referente ao Projeto Agrícola na Fazendas Alpatino, Beatriz, Murilo, Gustavinho, Rosilene e Paty nos municípios de Barreiras e Gilbués PI, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina 10 abril de 2010.

**DALTON MELO MACAMBIRA**

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

**OF. 374**

### EDITAL

**Freire e Tôres Ltda. CNPJ 11.692.047/0001-80** torna público que requereu à Secretaria de meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Licença Prévia – LP para instalação de posto de combustível em São João da Serra-Piauí.

Foi determinado estudo de impacto ambiental e /ou não foi determinado estudo de impacto ambiental.

### EDITAL

**Freire e Tôres Ltda. CNPJ 11.692.047/0001-80** torna público que requereu à Secretaria de meio ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Licença de Instalação – LI para instalação de posto de combustível em São João da Serra-Piauí.

Foi determinado estudo de impacto ambiental e /ou não foi determinado estudo de impacto ambiental.

**P.P. 11456**



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - PREG  
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - UAB/UESPI



### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO DE TUTORES PRESENCIAIS DA UAB/UESPI/PI - EDITAL Nº002/2010

A Coordenação Geral de Educação a Distância – CeaD torna público o Resultado Final do Processo Seletivo para Tutor Presencial – Letras Espanhol, regido pelo Edital Nº 002/2010 e os critérios para a admissão na Função de Tutor Presencial, conforme Anexo I.

#### POLO: ÁGUA BRANCA

Colocação	Candidato	Situação
1º	ALMIR OLIVEIRA LOPES	APROVADO
2º	MAURICIO DA SILVA MORAES	APROVADO

#### POLO: AVELINO LOPES

Colocação	Candidato	Situação
1º	ALEX RIBEIRO LOPES	APROVADO

#### POLO: CAMPO MAIOR

Colocação	Candidato	Situação
1º	MARIA DE JESUS SOARES MACEDO	APROVADO
2º	IRISMAR DA SILVA GONÇALVES	CLASSIFICADO

#### POLO: CORRENTE

Colocação	Candidato	Situação
1º	SARAH RIBEIRO DE ARAUJO	APROVADO

#### POLO: OEIRAS

Colocação	Candidato	Situação
1º	ROSANA FERREIRA ROMAO	APROVADO
2º	MARCELA MARIA DE SOUSA	CLASSIFICADO

#### POLO: PIO IX

Colocação	Candidato	Situação
1º	MARIA DA GLORIA DE ALENCAR BEZERRA	APROVADO

#### POLO: URUÇUI

Colocação	Candidato	Situação
1º	BERENICE DA SILVA SANTOS	APROVADO
2º	CARLA DAIANE ALENCAR MENDES	APROVADO

#### POLO: SIMPLÍCIO MENDES

Colocação	Candidato	Situação
1º	VALMIR GABRIEL DE AGUIAR	APROVADO

Teresina (PI), 08.04.2010.

**Bárbara Olímpia Ramos de Melo**  
Coordenação de Educação a Distância – CED/UESPI

**Manoel Jesus Memória Campelo**  
Pró-Reitoria de Ensino e Graduação - PREG

### ANEXO I

Critérios para admissão na função de Tutor Presencial

Os candidatos cujos nomes constam do Edital de Homologação do resultado final devem seguir os passos abaixo discriminados:

1 Preencher o Formulário de bolsista no endereço eletrônico <http://ead.uespi.br/eadconcursos>, imprimi-lo e assiná-lo, conforme assinatura constante do RG

2 Enviar o supracitado formulário via correios, com aviso de recebimento, para a sala da Coordenação Geral da UAB/UESPI, localizada na Rua João Cabral, 2231, bairro Pirajá, em Teresina – PI, imprerivelmente até **16.04.2010**, juntamente com os documentos relacionados abaixo:

- Cópia do RG autenticada em cartório;
- Cópia do CPF autenticada em cartório;
- Comprovante de residência autenticada em cartório.

A não entrega dos documentos citados nos itens 1 e 2 no prazo, referido no item 2, eliminará, automaticamente, o candidato.

Teresina (PI), 08.04.2010.

**Bárbara Olímpia Ramos de Melo**

Coordenação de Educação a Distância – CED/UESPI

**Manoel Jesus Memória Campelo**  
Pró-Reitoria de Ensino e Graduação -PREG

OF. 039

### EDITAL

**ANTONIO ROBERTO BATISTA, CNPJ: 09.483.486/0001-30** torna público que **requereu** à SEMAR, os pedidos de **Licenças de Prévia(LP), Instalação(LI) e Outorga de Uso para: Poço Tubular da Loc.: Junco, POSTO BENTIVI**, município de PICOS – PI. **Lat.: 7°05'05" S Long: 41°25'16" W** Bacia – Parnaíba Sub-bacia – Rio Canindé – Volume requerido **?(m<sup>3</sup>/ano): 10.000** **Finalidade do uso da água: Abastecimento Humano, Teresina, 11 de abril de 2010.**

P.P. 11457

### COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO-CHESF COMUNICAÇÃO

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, localizada na rua Delmiro Gouveia, 333 – Bongí, Recife-PE, C.G.C. Nº 33.541.368/0001-16, em atendimento ao exigido na Lei Nº 6.938/81, de 31/08/81, artigo 10, parágrafo 1º e no Decreto Federal Nº 99.274, de 06/06/90, artigo 17, parágrafo 4º, torna público que recebeu da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR, a Renovação da Licença de Operação - RLO Nº D000162/10 – Processo Nº005335/09 emitida em 09/02/2010, com validade até 09/02/2012, referente à Subestação Eliseu Martins, localizada no Município Piauiense de Eliseu Martins. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento Ambiental da SEMAR/PI.

**Eng.º José Ailton de Lima**

Diretor de Engenharia e Construção.

P.P. 11460

**SANDOVAL MARTINS DO LAGO**, residente à Rua 6, Nº 5906, Loteamento Primavera Leste, Bairro Vale-Quem-Tem, em Teresina/PI, torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMAR, Licença Prévia, Licença de Instalação e Outorga Preventiva de Uso da Água, com vistas a reservar determinado volume outorgável, para: Empreendimento: POÇOS TUBULAR, em TERESINA/PI

Denominação da Fonte	Coord. W	Coord. S	Bacia	Sub-Bacia	Volume m <sup>3</sup> /ano	Finalidade
SETOR ESP	-42º 44'	-5º 02'	Parnaíba	Baixo	29.030	Irrigação
ORTIVO_-01	48,00"	56,010"		Parnaíba Piauiense		

P.P. 11462



### EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. – EMGERPI. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente da EMGERPI – Empresa de Gestão de Recursos do Piauí S.A., no uso da atribuição que lhe é conferida pela alínea “d” do Art. 16 do Estatuto Social, convoca os acionistas para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária a realizar-se na sede da companhia, nesta cidade de Teresina, na Praça Marechal Deodoro, nº 774, em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, dois terços do capital com direito a voto, às 10h (dez horas) do dia 30 de abril do corrente ano, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2009;
- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido dos exercícios cujas demonstrações financeiras estarão em apreciação e sobre a distribuição de dividendos;
- Eleger administradores e os membros do Conselho Fiscal;
- Outros assuntos da competência da AGO e de interesse da sociedade.

Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida, referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, foram publicados no Jornal O Dia e no Diário Oficial do Estado em 30/03/2010 e estão à disposição dos acionistas a partir da primeira publicação deste aviso.

Teresina, 13 de abril de 2010.

Raimundo Nonato Farias Trigo  
Diretor Presidente

OF. 626

3-3

### ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente da EMGERPI – Empresa de Gestão de Recursos do Piauí S.A., no uso da atribuição que lhe é conferida pela alínea “d” do Art. 16 do Estatuto Social, convoca os acionistas para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária e Assembléia Geral Extraordinária, a realizarem-se na sede da companhia, nesta cidade de Teresina, na Praça Marechal Deodoro, nº 774, em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, dois terços do capital com direito a voto, às 10h (dez horas) do dia 30 de abril do corrente ano, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Como Assembléia Geral Ordinária:

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2009;
- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido dos exercícios cujas demonstrações financeiras estarão em apreciação e sobre a distribuição de dividendos;
- Eleger administradores e os membros do Conselho Fiscal;
- Outros assuntos da competência da AGO e de interesse da sociedade.

Como Assembléia Geral Extraordinária:

- Adequar a redação do artigo 7º do Estatuto Social às regras da Lei nº 6.404/76;
- Outros assuntos da competência da AGE e de interesse da sociedade.

Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida, referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, foram publicados no Jornal O Dia e no Diário Oficial do Estado em 30/03/2010 e estão à disposição dos acionistas a partir da primeira publicação deste aviso.

Teresina, 16 de abril de 2010.

Raimundo Nonato Farias Trigo  
Diretor Presidente

OF. 647

3 - 1



## COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ-GASPISA DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2009 COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA CNPJ 04.934.243/0001-58

#### Senhores Acionistas:

A Administração da Companhia de Gás do Piauí - GASPISA, em obediência às disposições estatutárias e em conformidade com a Lei nº 6.404/76, apresenta a V.Sas o Relatório da Administração da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31.12.2009.

#### 1. Histórico Institucional

A Lei Estadual nº 5.192, de 25 de maio de 2001, autorizou o Estado do Piauí a constituir uma Sociedade de economia mista com a denominação de Companhia de Gás do Piauí - GASPISA, a qual foi constituída em 28 de fevereiro de 2002. Logo em seguida, em 26 de março de 2002 foi assinado o Contrato de Concessão para a distribuição de gás canalizado em todo o Estado do Piauí.

O quadro de acionário da GASPISA possui as seguintes participações, em ações ordinárias (ON), preferenciais (PN) e totais.

SÓCIOS	ON	PN	TOTAL
ESTADO DO PIAUÍ	51,00%	0,00%	25,50%
GASPEFRO	24,50%	50,00%	37,25%
TERMOGÁS	24,50%	50,00%	37,25%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Em 31/12/2009 o Patrimônio Líquido da Companhia, fechou em R\$ 4.071.861,11 (Quatro milhões, setenta e um mil, oitocentos e sessenta e seis reais e onze centavos).

#### 2. Desempenho Econômico - Financeiro

Como é do vosso conhecimento, desde 19 de julho de 2004 a Companhia mantém o projeto do Gás Natural Veicular (GNV) transportado através de caretas de gás natural comprimido (CNC). Este Projeto foi resultado da parceria entre a Petrobras, o Governo do Estado e a Gaspisa visando o estado da tecnologia e da logística do CNC para longas distâncias, permitindo o estudo do mercado e como uma antecipação da operação normal da Companhia que se dará com a distribuição do gás natural através de gasodutos.

Nesta fase inicial, devido a estas características (baixo volume e longa distância), o Projeto de CNC tem apresentado resultados negativos. A BR-Distribuidora suspendeu as operações no Posto R. S. Quatro Rodas por motivos de segurança operacional.

A auditoria das demonstrações financeiras da empresa referente ao exercício de 2009 foi feita pela Empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil resultando no Parecer em anexo.

#### 3. Atividades Desenvolvidas

Em meados do ano passado a BR-Distribuidora informou a necessidade de ajustes nas margens para a continuidade do projeto GNV/CNC. Com isso e devido aos aumentos do preço do gás natural na origem e a ocorrência de problemas operacionais o volume de vendas de gás natural veicular (GNV) caiu para uma média de 1.911 m<sup>3</sup>/d.

Em 2009 foi concluída a atualização do Estado de Mercado o qual foi levado ao Ministério das Minas e Energia e à Petrobras. Esta sinalizou o fornecimento de Gás Natural Liquefeito - GNL, a partir do posto do Pecem-Ce no porto de Itaquai-Ma. O atual terminal de GNL do Pecem não permite o fornecimento do produto para transporte rodoviário, sendo necessário o transporte para outro navio de porte menor e construção de algumas instalações.

A GASPISA participa com 5% do capital social da TMN Transportadora S.A. empresa responsável pela construção do Gasoduto Meio Norte que interligará o Piauí ao gasoduto Nordeste. Os recursos serão da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE gerenciada pelo MME que tem acumulado recursos superiores a R\$ 2 bilhões para a construção da infra-estrutura de gasodutos nos Estados que até dezembro de 2002 não dispunham de gás natural, dentre os quais está o Piauí. Para a liberação dos recursos é necessária a publicação do Manual de Instruções para o Equipamento de Projeto de Transporte Dutoviário de Gás Natural.

Tanto a Licença de Instalação - LI do IBAMA como a Autorização de Construção - AC da Agência Nacional de Petróleo e Gás - ANP para o gasoduto Meio Norte, conseguidas pela TMN Transportadora em 2006 continuam válidas.

#### 3. Considerações Finais

A Administração da GASPISA agradece aos seus acionistas, entidades governamentais, fornecedores, colaboradores e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos cidadãos piauienses pelo interesse e apoio na conquista deste energético, de fundamental valia para o desenvolvimento do Estado do Piauí.

Teresina, 25 de março de 2010.

*Gustavo H. M. Xavier de Oliveira*  
Diretor-Presidente

*Fábio Moreira Amorim*  
Diretor Administrativo e Financeiro

*José Ricardo Ferreira Bêzerra*  
Diretor Técnico e Comercial

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(Valores expressos em reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2009	2008
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	104.637	143.775
Contas a receber	5	18.520	18.520
Impostos a recuperar	6	7.580	14.348
Despesas antecipadas		524	649
Total do ativo circulante		112.741	177.602
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Investimento	7	555.776	527.276
Imobilizado	8	208.783	212.532
Intangível	9	545	1.879
Diferido	10	3.229.255	3.229.255
Total do ativo não circulante		3.094.359	3.970.942
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.107.100</b>	<b>4.148.544</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2009	2008
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	11	2.752	17.762
Salários, provisões e contribuições sociais		5.608	5.037
Impostos a receber	12	2.879	4.175
Partes relacionadas	15	24.000	36.800
Total circulante		35.239	63.774
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	13	4.941.939	4.251.674
Prejuízos acumulados		(870.078)	(166.904)
Total do patrimônio líquido		4.071.861	4.084.770
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.107.100</b>	<b>4.148.544</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	2009	2008
RECEITA BRUTA DE VENDAS		306.778	1.059.973
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Impostos incidentes sobre vendas		(28.377)	(98.648)
RECEITA LÍQUIDA		278.401	961.325
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		(270.525)	(908.256)
LUCRO BRUTO		7.876	53.069
DESPESAS			
Correias e administrativas		(723.567)	(124.815)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(715.691)	(71.146)
Resultado financeiro		16	12.517
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(703.174)	(71.146)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R\$		(0,4792)	(0,0569)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		3.420.526	(95.759)	3.324.767
Integralizações de capital social	13	831.148	-	831.148
Prejuízo do exercício		-	(71.146)	(71.146)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		4.251.674	(166.904)	4.084.770
Integralizações de capital social	13	690.265	-	690.265
Prejuízo do exercício		-	(703.174)	(703.174)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		4.941.939	(870.078)	4.071.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	2009	2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		(703.174)	(71.146)
Ajustes para reconhecer o prejuízo do exercício com o efeito grande pelas operações não atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		10.679	9.870
(Aumentos) reduções nas atividades operacionais:			
Contas a receber		18.830	7.178
Impostos a recuperar		6.708	(1.099)
Despesas antecipadas		1.123	217
Aumentos (reduções) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(15.010)	(9.573)
Salários, provisões e contribuições sociais		271	(293)
Impostos a receber		(1.296)	827
Outras obrigações		(109)	(109)
Caixa referente aos atividades operacionais		(682.507)	(84.124)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(5.596)	(192.802)
Aplicações em diferido		6.708	(1.099)
Aplicações em investimento		(28.500)	(33.000)
Caixa referente aos atividades de investimento		(34.000)	(327.110)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital	13	690.265	831.148
Partes relacionadas		271	(293)
Adiantamento para futuro aumento de capital		103.800	(58.778)
Caixa grande nas atividades de financiamento		874.346	972.577
ALTIMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(93.130)	(93.174)
Caixa e equivalentes de caixa:			
no início do exercício		4	143.775
no fim do exercício		4	104.637
ALTIMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(93.130)	(93.174)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA é uma sociedade de economia mista, constituída em 28 de fevereiro de 2002 com autorização da Lei Estadual nº 5.192, de 25 de maio de 2001, com concessão para exploração de gás canalizado no Estado do Piauí, no prazo de 30 anos (até o dia 24 de maio de 2031), podendo ser prorrogado por igual período.

A Companhia tem por objeto social a exploração do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado em todo o Estado do Piauí, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionando em recipientes, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. Poderá também exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros e, participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objeto social, para o qual poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integradas.

Em julho de 2004 a Companhia iniciou sua operação parcial, com a distribuição de gás natural comprimido transportado em caminhões. Para que tenha operacionalização plena, faz-se necessário a distribuição de gás natural canalizado, a qual depende da viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Porto de Pecem, no Estado do Ceará, à cidade de Teresina, no Estado do Piauí.

Em 21 de dezembro de 2005 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), promulgou a Licença Prévia (nº 220/2005) para instalação do gasoduto Meio Norte, com extensão de 948 quilômetros, que ligará os estados do Maranhão e Ceará, passando pelo estado do Piauí.

Em 23 de novembro de 2006 o Gasoduto Meio Norte recebeu a Licença de Instalação LI, tornando-se o segundo maior gasoduto já licenciado no país. A Autorização de Construção do Gasoduto Meio Norte foi expedida pela ANP em 26 de dezembro de 2006 sob o nº 360.

A operação parcial da Companhia é decorrente do Projeto de Gás Natural Veicular - GNV. Durante o exercício de 2009, foram distribuídos 213.500 m<sup>3</sup> (2008, 699.500 m<sup>3</sup>).

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e que já foram aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são:

#### Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por contas bancárias disponíveis. As aplicações financeiras são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, considerados de títulos de alta liquidez, convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

#### Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada às taxas anuais descritas na nota explicativa nº 8.

Conforme previsto no parágrafo 54 do Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial da Lei no 11.638/07 e Medida Provisória no 449/08 (convertida na Lei no 11.941/09) e na Interpretação Técnica nº 10 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia efetuará a primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado, na abertura do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2010.

#### Investimento

Os investimentos foram avaliados ao custo de aquisição, vide nota explicativa nº 7.

Os ativos intangíveis compreendem direitos de uso de software, e são registrados ao custo de aquisição, vide nota explicativa nº 9.

#### Diferido

De acordo com a Lei nº 11.941/09, no saldo existente em 31 de dezembro de 2008 do ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob esta classificação até sua completa amortização. Os valores constantes no diferido representam gastos pré-operacionais que foram incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais serão amortizados em 10 anos pelo método linear, a partir do início total das operações.

#### Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado, intangível, diferido e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Como base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requeriam ajustes para perda por redução do valor de recuperação.

#### Direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. As obrigações são classificadas em:

#### (a) Circulante

São as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

#### (b) Não circulante

São as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

#### Aparação do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

#### Uso de estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário que a Administração faça uso de estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias para riscos tributários, chévis e trabalhistas, vida útil do ativo imobilizado e perdas relacionadas a contas a receber e recuperação do valor de ativos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

#### Prejuízo por ação

Está calculado com base no número de ações existentes na data do levantamento das demonstrações financeiras.

#### 3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para aquilatar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 38 novos pronunciamentos (CPCs) e interpretações (ICPCs) técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs que poderão ser aplicáveis para a Companhia, considerando suas operações, são:

CPC	Título
CPC - 23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
CPC - 24	Evento Subsequente
CPC - 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC - 27	Ativo Imobilizado
ICPC - 01	Contratos de Concessão
ICPC - 10	Escurecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento.

A Administração da Companhia está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos. No caso de ajustes decorrentes de adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia deverá avaliar a necessidade de remunerar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos procedimentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2009	2008
Caixa e bancos	16.263	23.108
Aplicações financeiras	88.374	120.667
Total	104.637	143.775

As aplicações financeiras são de liquidez imediata. Esses investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento, remunerados a taxas que variam entre 86,5% e 100% a.a. do CDI - Certificado de Depósitos Interbancário (2008, 98%).

#### 5. CONTAS A RECEBER

O saldo das contas a receber de clientes em 2009, corresponde a créditos junto à BR Distribuidora S.A. decorrente da venda de gás natural veicular, ver nota explicativa nº 1.

#### 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2009	2008
ICMS a recuperar	-	260
IRPJ a recuperar	963	266
CSLL a recuperar	1.031	614
IRRF sobre aplicações financeiras	5.552	12.968
INSS a compensar	34	193
Outros	34	47
Total	7.580	14.348



## COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ-GASPISA DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

### 7. INVESTIMENTO

Refere-se à participação na coligada TMN Transportadora S.A., Companhia que tem como principal objeto social a engenharia, construção, instalação, exploração comercial, operação e manutenção de um duto para transporte de gás natural e instalações associadas pertencendo do "City-Gate" da Petrosbras, localizada no Município de Peçém (CE), passadas pelos Estados do Piauí e Maranhão.

	2009	2008
Número de ações:		
Preferenciais	612.000	612.000
À integralizar	(152.724)	(152.724)
Integralizadas	459.276	459.276
Porcentual de participação no capital total %	3,8%	3,8%
Capital social - R\$	13.864.553	11.934.552
Patrimônio líquido - R\$	13.167.506	11.934.552
Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC - R\$	13.167.506	13.294.553
Movimentação		
Saldos iniciais	527.276	459.276
Saldo de adiantamento para futuro aumento de capital	96.500	88.000
Saldos finais	555.776	527.276

Atualmente a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, sendo as suas atividades mantidas através dos aportes de recursos de seus acionistas. O início das operações depende da assinatura de contratos de compra e venda de gás entre a Petrosbras e as distribuidoras, e da aprovação do projeto junto ao Ministério de Minas e Energia e, conseqüente liberação do financiamento de recursos pela CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (Fundo instituído pela Lei nº 10.438/2002). A partir da liberação dos recursos para a construção do Gasoduto é estimado o prazo de 2 a 3 anos para a Companhia entrar em funcionamento.

### 8. IMOBILIZAÇÃO

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizações em andamento	Total
Taxa de depreciação (% a.a.)	10%	20%		
Capitais				
Saldos em 31 de dezembro de 2007	27.815	24.278	-	52.133
Adições	85	274	192.443	192.801
Saldos em 31 de dezembro de 2008	27.900	24.552	192.443	244.934
Adições		4.559		4.559
Saldos em 31 de dezembro de 2009	27.900	29.111	192.443	249.454
Depreciação acumulada				
Saldos em 31 de dezembro de 2007	(12.171)	(32.661)	-	(44.832)
Adições	(2.761)	(4.869)	-	(7.630)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	(14.932)	(37.530)	-	(52.462)
Adições	(2.712)	(5.593)	-	(8.305)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(17.644)	(43.123)	-	(60.767)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2009	10.256	6.428	192.443	209.127
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2008	13.668	7.082	192.443	213.233

### 9. INTANGÍVEL

	2009	2008	Taxas amortização % a.a.
Softwares	12.237	11.199	20
(-) Amortização acumulada	(11.692)	(9.320)	-
Total	545	1.879	-

### 10. DIFERIDO

	2009	2008
Quotas de organização e administração	3.595.593	3.595.593
Resultado financeiro-líquido	(366.338)	(366.338)
Total	3.229.255	3.229.255

As receitas financeiras registradas no diferido durante o período de operação parcial da Companhia são decorrentes da aplicação dos recursos recebidos dos acionistas ou de juros e multa cobrados por atraso na integralização de capital. O uso de tais recursos está diretamente associado à fase pré-operacional da Companhia.

### 11. FORNECEDORES

	2009	2008
Petrosbras Distribuidora S.A.		6.097
Marko Constrói e Serviço Ltda.		137
Fortes Informática Ltda.		230
Limpel Serviços Gerais Ltda.		7.232
Art Cases Serviços e Comércio Ltda.		-
Rédito Contábil Ltda.	2.265	2.231
Bocacilhas & Campos Auditores		1.576
Total	2.265	17.262

### 12. IMPOSTOS A RECOLHER

	2009	2008
Imposto de renda retido na fonte	2.732	2.853
Cofins a recolher	-	198
Pis a recolher	-	43
Outras retenções a recolher	147	1.081
Total	2.879	4.175

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social subscrito é de R\$ 5.052.674 (2008, R\$ 4.302.674), sendo integralizado o montante de R\$ 4.941.939 (2008, R\$ 4.251.674) representado por 1.467.520 (2008, 1.249.688) ações todas de classe única, sem valor nominal e inconvertível de uma espécie em outra, assim distribuídas:

Acionistas	Em 31 de dezembro de 2009			Capital integralizado Total
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Estado do Piauí	374.216	-	374.216	1.177.697
Petrosbras Gás S.A.	179.772	366.880	546.652	1.882.121
Termogás S.A.	179.772	366.880	546.652	1.882.121
Total	733.760	733.760	1.467.520	4.941.939
Acionistas	Em 31 de dezembro de 2008			Capital integralizado Total
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Estado do Piauí	318.670	-	318.670	1.046.182
Petrosbras Gás S.A.	153.087	312.422	465.509	1.602.746
Termogás S.A.	153.087	312.422	465.509	1.602.746
Total	624.844	624.844	1.249.688	4.251.674

No exercício de 2008 os acionistas integralizaram R\$ 831.148 mediante integralização em moeda corrente de R\$ 235.148 do acionista Estado do Piauí, R\$ 298.000 do acionista Petrosbras Gás S.A. e R\$ 298.000 da Termogás S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2009 aprovou, por unanimidade, o aumento de capital subscrito em R\$ 750.000, o qual passou a ser de R\$ 5.052.674. Até 31 de dezembro de 2009 os acionistas integralizaram o montante de R\$ 690.265, mediante a integralização em moeda corrente de R\$ 131.515 do acionista Estado do Piauí, R\$ 279.375 do acionista Petrosbras Gás S.A. e R\$ 279.375 da Termogás S.A.

Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social;
- prioridade na distribuição de dividendo mínimo, cumulativo de 6% (seis por cento), calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de dividendo obrigatório, quando este for superior ao dividendo mínimo assegurado;
- prioridade no reembolso do capital, sem prêmio em caso de dissolução da sociedade;
- participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes;
- em caso de liquidação da sociedade os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta de capital social da Companhia; e
- no exercício em que o lucro for insuficiente para o pagamento de dividendos prioritários, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta de reservas de capital.

O estatuto social prevê que do lucro apurado no final de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

É assegurado aos acionistas, a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 75% (setenta cinco por cento) do lucro líquido ajustado em termos da lei em cada exercício.

### 14. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui cobertura de seguros para os seguintes riscos:

Risco	Valor da cobertura
Incêndio, raio e explosão	251.753
Vandalismo	25.162
Danos elétricos	14.000
Roubo	12.500
Responsabilidade civil	25.162

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes. A administração da Companhia entende que os montantes segurados são suficientes para cobrir possíveis perdas.

### 15. PARTES RELACIONADAS

	Saldos a receber <sup>(a)</sup>	Saldos a fornecer <sup>(a)</sup>
Total em 31 de dezembro de 2008	18.830	6.097
	Saldos	
	Compras <sup>(a)</sup>	Vendas <sup>(a)</sup>
Petrosbras Distribuidora S.A.	270.525	306.778
Total em 31 de dezembro de 2009	270.525	306.778
Total em 31 de dezembro de 2008	1.001.578	1.059.973
	Saldo Reembolso Salário <sup>(b)</sup>	
Termogás S.A.		16.800
Gaspetro S.A.		7.200
Total em 31 de dezembro de 2009		24.000
Total em 31 de dezembro de 2008		36.800

a) As transações mercantis com a Petrosbras Distribuidora S.A. (BR), empresa ligada, são realizadas de acordo com os contratos cujos preços são estabelecidos a partir do preço de fornecimento da Petrosbras, observando-se os limites legais.

Em 28 de abril de 2006 a Companhia assinou com a Petrosbras Distribuidora S.A. (BR) dois Contratos de compra e venda de gás natural. O objeto do primeiro Contrato é a venda e entrega de gás natural por parte da BR para a Gaspisa e o do segundo é a venda e entrega de gás natural pela Gaspisa para a BR, em ambos para uso exclusivo em combustível veicular. Os postos indicados pela BR são o Japurá e Timbo em Fortaleza e o R. S8 em Teresina. Os volumes contratados são de até 15.000 m³/dia, conforme a demanda. Não há cláusulas de "take or pay" nem de "ship or pay".

b) Refere-se a reembolso de despesas de salários dos diretores cedidos pelos acionistas TERMOGÁS S.A. e GASPETRO S.A.

### 16. RESULTADO FINANCEIRO

	2009
Receitas financeiras	
Rendimentos de aplicações financeiras	8.309
Juros ativos	8.925
Outros	14
Total das receitas financeiras	17.248
Despesas financeiras	
Juros passivos	(2.713)
Despesas bancárias	(1.081)
Outros	(937)
Total das despesas financeiras	(4.731)
Resultado financeiro	12.517

### 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Companhia possui instrumento financeiro representado por aplicações financeiras. O valor contábil do instrumento financeiro referente a este ativo, reconhecido no balanço patrimonial, se aproxima do seu valor de mercado.

A Companhia não tinha operações com derivativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

## Deloitte.

### PARER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA  
Teresina - PI

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA ("Companhia"), levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos dados, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a consulta, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia encontra-se em operação parcial desde o exercício de 2004. Para que sua operação esteja plena, faz-se necessário a exploração de gás canalizado a partir da viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Porto de Peçém, no Estado do Ceará, à cidade de Teresina, no Estado do Piauí. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da construção do referido gasoduto e, conseqüentemente, início das operações, e não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso da Companhia não conseguir iniciar sua total operação. Até o início de sua operação, a Companhia continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido através de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros.
5. Conforme descrito na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a investida TMN Transportadora S.A. encontra-se em fase pré-operacional, sendo suas atividades mantidas através dos aportes de recursos de seus acionistas. O início das operações depende da assinatura de contratos de compra e venda de gás entre a Petrosbras e as distribuidoras e da aprovação do projeto junto ao Ministério de Minas e Energia e conseqüente liberação do financiamento de recursos pela CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (Fundo instituído pela Lei nº 10.438/2002). A partir da liberação dos recursos para a construção do gasoduto é estimado o prazo de 2 a 3 anos para a Companhia entrar em funcionamento. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso da Companhia não conseguir iniciar suas atividades.
6. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer, datado de 07 de março de 2009, contendo ênfase sobre os mesmos assuntos mencionados nos parágrafos 4 e 5.

Salvador, 27 de janeiro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC - 25P nº 011.649/0-8 "P" - BA

Fernando José Moreira Mendonça  
Conselheiro  
CRC - BA nº 015.649/0-3 "S" - PI

### PARER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2009.

Foi verificada a proposta de aprovação das Demonstrações Contábeis da COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA do Exercício Social de 2009 que está sendo encaminhada pela Administração da GASPISA à aprovação dos acionistas.

Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva da empresa e à vista no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 27 de janeiro de 2010, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA.

Teresina - PI, 31 de março de 2010

Fernando José Moreira Mendonça  
Conselheiro  
Humberto Riella Sobrinho  
Conselheiro  
Rinaldo Xavier Ferreira  
Conselheiro

### ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

DATA, HORA, LOCAL:  
Em 30/03/2010, às 10h00, na sede da empresa, situada à Rua Arlindo Nogueira, 333 salas 204 e 205, Ed. Luiz Farias - Centro, em Teresina - PI.

PRESENCAS:  
Presentes os membros do Conselho de Administração e o Presidente do Conselho Fiscal Fernando José Moreira Mendonça.

ORDEM DO DIA:  
1) Exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2009.

DELIBERAÇÕES:  
O Presidente do Conselho de Administração deu início aos trabalhos da vigésima oitava reunião do Conselho de Administração da GASPISA. Após a leitura da Ordem do Dia o Conselho de Administração da GASPISA, pela unanimidade de seus membros decidiu: 1) Nos termos do inciso V do artigo 13º do Estatuto Social da Companhia e, em vista do parecer favorável dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, manifestar-se favoravelmente pela aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2009 e pelo encaminhamento dos mesmos à aprovação do Conselho Fiscal da Companhia e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, é assinada por todos os Conselheiros.  
Teresina, 30 de março de 2010.

Jorge Antônio Pereira Lopes de Araújo  
Presidente do Conselho de Administração

Fábio Borges Barros  
Membro do Conselho de Administração

Angélio Custódio Lima de Macedo  
Membro do Conselho de Administração

Gustavo Henrique Mendonça Xavier de Oliveira  
Membro do Conselho de Administração

Rafael de Moraes Correia  
Membro do Conselho de Administração

Fernando José Moreira Mendonça  
Presidente do Conselho Fiscal

# Diário Oficial

Teresina - Sexta-feira, 16 de abril de 2010 • Nº 71

29



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS - NUCEPE  
CONCURSO PÚBLICO AGENTE PENITENCIÁRIO 2009  
CONVOCAÇÃO PARA 4ª ETAPA - EXAME PSICOLÓGICO

O Núcleo de Concursos e Promoção de Eventos – NUCEPE/UESPI, convoca os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na “**Faculdade de Ciências Médicas - FACIME**”, Rua **Olavo Bilac, 2335 - Bairro Centro - Teresina - PI**, no dia 25/04/2010 (domingo) às 7h, munidos do documento de identificação, informado no ato da inscrição, para a realização da 4ª Etapa (Exame Psicológico) do Concurso Público para Agente Penitenciário.

SALA: 101		TURMA: 01	
Ordem	Inscrição	Nome	Identidade
01	001330	ACACIO DE CASTRO VIEIRA	2824769-PI
02	001455	ADRIANO DA COSTA LUSTOSA	101335905-PI
03	000206	AELINTON MANUEL PEREIRA DA SILVA	1810924-PI
04	001569	ALDO GEOVANNI SANTOS E SILVA	2363432-PI
05	001555	ALEX FRANCO PIAULINO DE QUEIROZ	1823171-PI
06	000785	AMANDA BEATRIZ OLIVEIRA SANDES	2434123-PI
07	002494	AMANDA JÉSSICA DE ARAÚJO BATISTA E SOUSA	2577197-PI
08	000345	ANDERSON COSTA MARTINS	2573609-PI
09	001056	ANISIO JOSE DE MESQUITA NETO	2022122-PI
10	001157	ANTONIELSON MENDES DE SOUSA	1644737-PI
11	002154	ANTONIO FRANCISCO SILVA MEDEIROS	1295355-PI
12	001280	ANTONIO GREGORIO DA ROCHA	1346123-PI
13	002203	ANTONIO JOSE DE SOUSA FILHO	1681977-PI
14	000860	ANTONIO VINICIUS DA SILVA RODRIGUES	6158692-PE
15	002004	ÁVILO BERTÔNIO TORRES RODRIGUES	2069069-PI
16	001969	BARTOLOMEU ALVES CAVALCANTI FILHO	4398478-PE
17	002745	BERNARDO BATISTA LEO NETO	2078123-PI
18	002006	BRUNA EVELINE LEAL LIMA BEZERRA	2242156-PI
19	002038	CARLENE MARIA DA SILVA	1013124-05-PI
20	002456	CELMO ALVES SANTIAGO	2339345-PI
21	002702	CHARLES HOLANDA ANDRADE	2293434-PI
22	001449	CÍCERO RIBEIRO DE ALMEIDA NETO	1926891-PI
23	001618	CLAUDIA MARIA VERAS DA SILVA	1264156-PI
24	002327	CLAUDIMAR LOPES ARAUJO	1995489-PI
25	002184	CLAUDIO EUGÊNIO LIMA E SILVA	1966046-PI

SALA: 102		TURMA: 02	
Ordem	Inscrição	Nome	Identidade
01	001936	CLAUDIO MARCILIO ALVES VASCONCELOS	1063000-PI
02	001408	CLEYTON LUSTOSA LIMA	1976078-PI
03	001447	DALICIO SOUSA FORTES	2479594-PI
04	002537	DANIEL MARQUES DE ARAUJO CARVALHO	1457760-PI
05	000063	DAVID DE MELO BRITO	2065865-PI
06	001748	DENILSON PIRES DE SOUSA	2295468-PI
07	001496	DHEYMES MIGUEL ALVES	761298-TO
08	001851	DIEGO ARMANDO ALVES NUNES	2378181-PI
09	002783	DIEGO LEONARDO MARTINS SANTOS	2363705-PI
10	001381	DOMINGOS RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO	2341104-PI
11	001236	EDNALDO ARAUJO DE SANTANA	5321080-PE
12	001977	EDSON CARVALHO DE ABREU JÚNIOR	2279189-PI
13	002445	EDUARDO BORGES SINIMBU	2314053-PI
14	002267	ELIAS BENTO DA SILVA NETO	1626089-PI
15	001089	ELTON MARQUES DE ASSUNÇÃO	1158880-PI
16	002091	EMERSON ALVES DOS SANTOS	2406743-PI
17	000407	ENEMESIO LIMA SOUTO JUNIOR	1119816-PI
18	002099	ÊNIO DE ARAÚJO LUZ	1502587-PI
19	001854	ERISVALDO EUFRAUZINO LEAL	1927562-PI
20	001227	ERNANI PINTO DO VALE	1472652-PI
21	000885	EUGÊNIO PARAGUASSÚ MARTINS	2.094.527-PI
22	001464	EVERSON PINHEIRO LUZ	2407912-PI
23	002796	FABRICIA DENIA CARVALHO ALVES	1652067-PI
24	001389	FAGNER MARTINS DE SANTANA	2326085-PI
25	000643	FAGNER PIRES DE SOUSA	2058673-PI

SALA: 103		TURMA: 03	
Ordem	Inscrição	Nome	Identidade
01	001097	FERNANDA MARIA DOS SANTOS BARROS	2296682-PI
02	000595	FERNANDO CÉSAR DE OLIVEIRA LEITE	2001484-PI
03	002803	FLÁVIO EVANDIR SOUZA ANDRADE	1.436.381-PI
04	000018	FRANCISCO ADAHIL DE SOUSA	433615-PI
05	001820	FRANCISCO ALEXANDRE BARBOSA	151597188-CE
06	002548	FRANCISCO FÁBIO MOURA DA MATA	2000789-PI
07	002304	FRANZ BARBOSA BRITO	1448996-PI
08	001791	GIANCARLO OLIVEIRA DA SILVA	2101026-PI
09	002613	GLAUCO VENTURA ALVES NERI	2056992-PI
10	001325	GLEIDSON DA SILVA FIGUEIREDO	1988519-PI
11	001644	GUSTAVO DA COSTA LUZ	2501518-PI
12	002858	GUSTAVO HENRIQUE COIMBRA DE CASTRO(Sub Judge)	2503430-PI
13	001251	GUSTAVO LAGE FORTES	2340763-PI
14	001178	HELDER LARRY MARTINS NOGUEIRA	1416190-PI
15	000136	HERMOGEM DE MELO PAZ	2258905-PI
16	000907	HILTON DANILO NUNES FERREIRA	2293222-PI
17	002468	HUDSON GIL PEREIRA RODRIGUES	2093927-PI
18	001193	HUMBERTO DOUGLAS COUTINHO OLIVEIRA	2584941-PI
19	000977	ISABELA COSTA FERREIRA DA SILVA	2044472-PI
20	000294	ISABELLI MENESES FREITAS DE CARVALHO FORTES(Sub Judge)	2285916-PI
21	001539	ISAQUE OLIVEIRA MATOS	1581476-PI
22	001205	ISMAEL CARLOS DA SILVA	2258809-PI
23	001505	ITALO NUNES TELES	1563742-PI
24	002224	ITAMAR BURLAMAQUI CAVALCANTE	2368273-PI
25	000757	IVAN LENDELL CARVALHO E SILVA	2505442-PI

SALA: 104		TURMA: 04	
Ordem	Inscrição	Nome	Identidade
01	001031	IVO LUIZ LIMA DE CARVALHO	2403828-PI
02	000498	JAMES GOMES DOS SANTOS(Sub Judge)	2393102-PI
03	000838	JARDEL LOPES DA SILVA	184744020014-MA
04	001391	JOÃO CARLOS DE PINHO ALENCAR FILHO	1974701-PI
05	001283	João ÊNIO COIMBRA BARBOSA	2279155-PI
06	002272	JOÃO FRANCISCO FERREIRA DE OLIVEIRA	1340499-PI
07	001059	João PAULO CORREIA BATISTA MOURA	2098786-PI
08	000460	JOAREZ MUNIZ GONÇALVES FILHO	2298510-PI
09	001493	JONAS NESTOR MOREIRA	99029309904-CE
10	000229	JONEZ MILANEZ AMORIM	1631771-PI
11	000279	JORGE LUIS VIEIRA DE ARAUJO	2506478-PI
12	002049	JOSAFÁ DA SILVA MORENO	2318802-PA
13	001621	JOSE AUGUSTO DE SOUSA JÚNIOR	1974797-PI
14	002032	JOSE DE ARIMATEA OLIVEIRA FILHO	2206582-PI
15	002747	JOSE DE MELO PEREIRA	2160279-PI
16	002146	JOSÉ MARIA VIEIRA PAZ	1996899-PI
17	001953	JOSÉ VILOMAR NUNES PEREIRA	513160965-MA
18	001951	JOSE WELLIGTON PEREIRA ANDRADE	2264605-PI
19	001158	JOSECY DE CARVALHO BATISTA MEIRELLES	2252222-PI
20	002003	JOSELITO JUNIOR OLIVEIRA ALVES	2506154-PI
21	002598	JUAREZ JOSE DE SOUSA JÚNIOR	2102929-PI
22	000153	JULIMAR ALVES DE ALMEIDA FILHO	2434104-PI
23	002452	KAROLINA ABREU MOREIRA DA SILVA	2303034-PI
24	000710	KÁSSIO LEAL PARAIBA	3.329.888-PI
25	001440	KÁTIA CIBELE SILVA DE OLIVEIRA	1038861-PI



SALA: 105		TURMA: 05	
Ordem	Inscrição	Nome	Identidade
01	001051	KEITH MACHADO VITORIO	2296758-PI
02	001542	KELSEN ROCHA REIS	2043960-PI
03	001782	KILDER GOMES DA SILVA	732.416-PI
04	002028	KYARA LUCENA DE CARVALHO LIMA	2105420-PI
05	002290	LAIANE DOS SANTOS OLIVEIRA	2277285-PI
06	002436	LARYSSE MYCELES E SILVA GOMES	2270993-PI
07	001063	LEANDRO BEZERRA SOARES	2264887-PI
08	001570	LEANDRO DA SILVA OLIVEIRA	2503359-PI
09	001474	LEANDRO PIRES DE ARAUJO MESQUITA	2284830-PI
10	001833	LEONARDO FELIPE DE ARAUJO RÉGO	1676522-PI
11	000011	LEONARDO MEIRELES NAPOLEÃO LIMA DE CARVALHO	2089794-PI
12	002083	LEONARDO MELO SILVA	1957001-PI
13	001628	LETICIA DE AZEVEDO MOREIRA(Sub Judge)	2135866-PI
14	002536	LIANA SIQUEIRA DO NASCIMENTO MARREIRO(Sub Judge)	2233563-PI
15	002959	LIBANIA DE CARVALHO LEMOS	1414779-PI
16	001479	LIVIO SOARES RIBEIRO BESERRA	2061139-PI
17	001103	LIZANDRO DOS SANTOS CAVALCANTE	1154426-PI
18	000183	LUANA FRANCISCA PIRES DA SILVA	2047760-PI
19	001823	LUCAS CUNHA DOS SANTOS	2347213-PI
20	002541	LUCIANO HENRIQUE SOUSA BENIGNO	2.088.050-PI
21	001235	LUCIANO PEREIRA DO VALE	1669402-PI
22	001742	LUIS CLÉR MAURIZ LOPES	817872-PI
23	001541	LUIZ TORQUATO DE OLIVEIRA NETO	1869914-PI
24	002899	MADISLAN DA SILVA SOUSA	2115781-PI
25	000888	MAICCON DE OLIVEIRA SOUSA	2336463-PI

SALA: 106		TURMA: 06	
Ordem	Inscrição	Nome	Identidade
01	001946	MARCELINO EDUARDO ROCHA LUSTOSA	2275321-PI
02	001596	MARCELO CARDOSO	2041436-PI
03	002165	MARCELO MOURA LEMOS DE OLIVEIRA(Sub Judge)	1337693-PI
04	001274	MARCELO RODRIGUES GRANGEIRO	2360132-PI
05	000599	MARCOS AURELIO DA FONSECA	2586952-PI
06	001296	MARINA LAGES PASSOS	2266197-PI
07	002425	MARTHA FERNANDA NEPOMUCENO DE OLIVEIRA	2093379-PI
08	001670	MAURICIO JOSE TEIXEIRA DA SILVA	2237445-PI
09	000424	MAURO CESAR DE BRITO AGUIAR	1671044-PI
10	001304	MAX ROSBERK ROCHA OLIVEIRA	2040803-PI
11	001078	PAULA SANTOS BARBOSA	1980907-PI
12	002666	PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA FILHO	1649841-PI
13	001883	PEDRO GOMES DE OLIVEIRA FILHO	2021050-PI
14	002520	PEDRO PAULO DE SOUZA JÚNIOR	2578801-PI
15	001393	PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS FILHO	2294429-PI
16	000678	PETERSON PEREIRA DE SOUSA	2252740-PI
17	002564	RAQUEL DA MOTA E SILVA	2293662-PI
18	001314	REGINALDO BATISTA MEDEIROS	10.13561-07-PI
19	000115	REGINALDO TORRES DE SOUSA	2066226-PI
20	002130	RILTON MOREIRA XIMENES	1645816-PI
21	001735	RITA DE CÁSSIA DE SOUSA ARAÚJO	2296720-PI
22	001808	RONDINEY AMORIM ARAÚJO	1625176-PI
23	001650	RUBENS PAULO FERREIRA LIMA	2279474-PI
24	002524	RUI PRADO NETO	2629819-PI
25	001136	RUTHYARA DE CARVALHO SOUSA	2.230.879-PI

SALA: 107		TURMA: 07	
Ordem	Inscrição	Nome	Identidade
01	002626	SAMUEL CIPRIANO MACHADO LIRA	2085282-PI
02	000475	SAMUEL ROBERTO CARVALHO LIMA	2174240-PI
03	001928	SILVIA LETICIA FONTES BORGES	2044920-PI
04	001787	SIMPLICIO MANOEL DE SOUSA NETO	2577385-PI
05	001868	TADEU PINHO MALTA	2.629.567-PI
06	001967	TARSIA EDUARDA DA SILVA SOUSA	2503174-PI
07	001992	TATHILA CARVALHO FERREIRA	2505069-PI
08	001657	TAVITO SOARES LIMA	2004444-PI
09	000850	THAIS FERNANDA SOARES SANTOS	2087274-PI
10	001080	THIAGO QUEIROZ DE BRITO	2576665-PI
11	000135	THYAGO SARAIVA DE BRITO MACHADO	2279946-PI
12	002843	TIMOTEO DE OLIVEIRA SOARES	1370157-PI
13	000062	UBALDINO VITAL DE MOURA FILHO(Sub Judge)	1552770-PI
14	002367	VANIA RODRIGUES DE SOUSA	1643134-PI
15	001564	VICTOR PARENTES DOURADO SANTOS	2272138-PI
16	001915	WALBERT DA SILVA SOUSA	2462534-PI
17	002577	WALKYR DA COSTA FERREIRA	2298166-PI
18	001414	WANNEY CAVALCANTE PINHEIRO	2286845-PI
19	000373	WENDERSON FERREIRA ARAGÃO(Sub Judge)	2294527-PI
20	000246	WESTERLLEY RODRIGUES MEDEIROS	2427550-PI
21	001273	WILLYANS SHELDON DA SILVA SOUSA	2273443-PI

  
 Prof. Marcia Percília Moura Torrance  
 Presidente Interina do Núcleo de Concurso e  
 Promoção de Eventos - NUCEPE  
 UESPI - Mat. 92970-7

OF. 147

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, SITUADO À RUA JOÃO CABRAL, Nº 2319 – BAIRRO PIRAJÁ – TERESINA-PI, CNPJ. 06.553.572/0001-84, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS – SEMAR PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA (LP), LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI), LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO), BEM COMO PEDIDO DE OUTORGA DE USO PARA FUNCIONAMENTO DE UM POÇO TUBULAR NA LOCALIDADE PEDRA DO SAL MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI, COM USO DA ÁGUA PARA LABORATORIOS DE CRIAÇÃO DE ALGAS E CAMARÕES CONFORME DESCRIMINAÇÃO A SEGUIR: LATITUDE(S): 02°48'56" – LONGITUDE(W): 41°43'22" – BACIA PARNAÍBA SUB-BACIA BAIXO PARNAÍBA.

P.P. 11458

## ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINSPUME

A presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Esperantina - PI - SINSPUME, com sede na Rua Professora Meire Fernandes de Carvalho, nº127, centro, Esperantina-PI, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os servidores públicos municipais de Esperantina, para participarem de uma Assembléia Geral Extraordinária da categoria, a realizar-se no dia 16 de abril de 2010, às 15:00 horas em 1ª convocação e às 15:30 horas em 2ª convocação, na sede do sindicato, visando discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: I - Cumprimento da Jornada de Trabalho na forma da Lei; II - autorização para ingresso das ações judiciais visando a correção da jornada e cobrança das horas extraordinárias devidas; III- autorização para formalização do contrato de honorários no percentual de 20% (vinte por cento) sobre os valores devidos, visando as ações constantes do item II do presente edital.

Esperantina (Pi), 09 de Abril de 2010.

Rosângela Fontinele Castro  
Presidente

P.P. 11459